

Guia de Proteção a Defensores e Defensoras DHs da Baixada Fluminense/RJ



Guia de Proteção a Defensoras e Defensores dos Direitos Humanos da Baixada Fluminense



O Fórum Grita Baixada e a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na Baixada Fluminense têm como missão a garantia da vida de moradores e moradoras da Baixada Fluminense, a partir do fomento e incidência por uma política pública de segurança pautada nos direitos humanos e de enfrentamento ao racismo.

Publicado originalmente em 2018 pelo Fórum Grita Baixada e a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na Baixada Fluminense
- Caixa Postal - Rio de Janeiro - Brasil

Rua Adriano Hipólito, 08 - Moquetá - Nova Iguaçu
Cep 26.285 - 330

Idioma Original Português
Apoio: Fundação Heinrich Böll

Ficha Técnica:

Coordenação: Fransérgio Goulart

Assessoria e Sistematização: Fransérgio Goulart e Marcelle Decothé

Realização: Fórum Grita Baixada, Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na na Baixada Fluminense, Visão Mundial, MJPOP, CRP Subsede Nova Iguaçu, Uneafro Baixada Fluminense, Minas da Baixada e Redenção Baixada.

Diagramação: Fabio Leon

Design Gráfico da capa: Visão Mundial

Impressão: AN Gráfica e Serviços de Impressão LTDA-ME

Fotos: Pixabay, Google Imagens, Wikipedia, Assessoria Marielle Franco, Rovená Rosa (Agência Brasil)

Todos os direitos reservados. Esta publicação possui direitos autorais, mas pode ser reproduzida livremente por quaisquer meios, para fins educacionais, de militância e de campanhas, não podendo ser comercializado. Solicita-se que, nos casos de uso, apenas entre em contato com o Fórum Grita Baixada - fgbaixada@gmail.com e com a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na Baixada Fluminense - maesdabaixada@gmail.com

Por que um Guia de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos da Baixada Fluminense?

Desde a adoção da Declaração sobre Defensores dos Direitos Humanos em 1998, o número estimado de defensores mortos em todo o mundo vem crescendo consideravelmente. Segundo a Front Line Defenders, em 2016, 281 defensores e defensoras foram assassinados(as) em todo o mundo. A organização registrou a morte de 156 defensores em 2015 e de 136 em 2014.

Nossa região, a América Latina, carrega o peso de ser a região mais perigosa para um defensor e/ou defensora atuar por direitos humanos. Das mortes em 2015, mais da metade ocorreu nas Américas, enquanto que, em 2016, esse número subiu para mais de três quartos, segundo a Front Line Defenders.

Nesse cenário da América Latina, o Brasil é um país extremamente violento e cruel contra quem defende direitos humanos e luta contra o Estado e o Capital, situação que tem se agravado nos últimos tempos. Segundo relatório da Anistia Internacional, o Brasil é o país das Américas onde mais se matam defensores dos direitos humanos.

O relatório da Anistia Internacional chama atenção para o aumento dos assassinatos de defensores de direitos humanos nos últimos três anos. No contexto da Baixada Fluminense com a atuação de milícias, da própria polícia e de grupos de justiceiros, isso não é diferente.

Em um cenário onde a fascismo avança na oposição às políticas de direitos humanos, quem luta por eles cotidianamente, tem suas vidas tiradas, ameaçadas e criminalizadas. Podemos visualizar esse fascismo desde a atual composição do Congresso Nacional que resulta na tramitação de diversos projetos de leis e de emendas constitucionais que criminalizam a luta pelos direitos humanos e nos retrocessos de direitos já conquistados.

O crescimento do discurso do ódio e toda a criminalização aos defensores(as) tem se refletido num elevado número de assassinatos de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Até agosto de 2018, cinquenta e oito defensores(as) foram assassinados.

Outro fenômeno recente é a ameaça cada vez mais frequente de defensoras(os) de direitos humanos que militam no cenário urbano. Esses residentes em favelas e bairros de periferia.

No ano de 2017 tivemos pelo menos 10 moradores de favelas defensores que tiveram que sair de onde atuavam ou e moravam por ameaças

da polícia, levantamento do Fórum de Juventudes RJ. Na Baixada Fluminense em 2017, 1 comunicador comunitário foi ameaçado por milicianos por denunciar as altas taxas de cobranças realizada por esses grupos.

Outro grupo que vem sofrendo na Baixada Fluminense com a presença de grupos de justiceiros e milícias é a população LGBT e de Profissionais do Sexo.

As militantes feministas, em e especial, as negras, vêm sofrendo cotidianamente ameaças virtuais e muito assédio na Baixada Fluminense realizada pelo patriarcado.

Outros grupos ameaçados constantemente na Baixada pela (in)segurança pública na região são as lideranças religiosas de matrizes africanas e os produtores(as) culturais que relatam a proibição de suas rodas culturais pela polícia, por vezes seguida de ameaças e ofensas verbais. E, por último, vale apontar que lideranças de movimentos de ocupações e dos movimentos dos sem-terra vêm sofrendo ameaças por ocuparem áreas que, na lógica das milícias, poderiam ser mais um espaço de fonte de renda e de ampliação dos negócios.

Vale salientar que, junto a todo esse avanço fascista, temos o desmonte das Políticas Públicas de Proteção no Brasil, potencializada no governo Temer, e materializada na diminuição orçamentária e no encerramento de programas, como o de proteção a defensores e defensoras de direitos humanos.

Nesse contexto negativo, os movimentos e coletivos que lutam pelos Direitos Humanos, têm construído uma série de estratégias de enfrentamento a esse cenário de violações, criminalizações e retrocessos. Além de estar buscando avançar com formas alternativas de proteção, o que muito vem ao encontro da nossa proposta de formação e construção do guia de proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos da Baixada Fluminense. Não podemos deixar de afirmar que a execução da irmã preta, favelada e **vereadora Marielle Franco**, por lutar pelos direitos humanos, foi uma tentativa de nos parar, mas o legado de Marielle Franco foi mais um ingrediente para que pudéssemos estar fomentando a discussão de alternativas de estratégias de proteção.

E aqui as organizações e movimentos sociais e populares da Baixada Fluminense apresentam essa Guia.



**2. Metodologia de Construção
do Guia de Proteção a Defensores e
Defensoras de Direitos Humanos da
Baixada Fluminense**

O primeiro passo para realizar este Guia foi a realização de encontros de troca e formação com defensores e defensoras de Direitos Humanos da Baixada. Os encontros foram realizados no município de Nova Iguaçu, zona central da região. A facilitação dos mesmos foi desenvolvida e adaptada de acordo com a demanda dos participantes. Refletir sobre a conjuntura da Baixada não é uma tarefa fácil. Predestinados em entender e se compreender como defensores e defensoras de direitos humanos, os participantes puderam mapear, aprender e fortalecer mecanismos de defesa e proteção dos direitos humanos e seus eventuais usos no cotidiano de suas atuações no território baixadense.

Nos primeiros encontros, os participantes puderam refletir sobre quem são os defensores de direitos humanos da Baixada, onde e como atuam em seus territórios. A partir da construção deste entendimento, foi elaborada uma matriz de análise de risco sobre a vulnerabilidade em que grupos, pessoas, instituições e movimentos encontram em seus locais de atuação, além da reflexão coletiva sobre mecanismos de proteção de defensores e seu funcionamento na realidade da Baixada. Os encontros também foram baseados na apresentação de estratégias de segurança e proteção nas redes sociais e em outras plataformas do mundo digital, além de formas de uso e ferramentas que podem ser apropriadas a partir de agora por dezenas de coletivos e grupos da região.

Baseado em uma metodologia participativa de construção coletiva, este guia foi desenvolvido para ser mais uma ferramenta que defensores e defensoras de direitos humanos da Baixada podem utilizar para criar estratégias de proteção e enfrentamento para tratar com os riscos que suspeitam que deverão enfrentar no cotidiano de sua militância na Baixada Fluminense

3. Quem são os Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos da Baixada Fluminense

a. Definição sobre o que é defensor e defensora de DHs.

“Defensor(a) de direitos humanos” é uma expressão utilizada para descrever as pessoas que, individualmente, ou com a ajuda de outros, se esforçam em promover ou proteger os direitos humanos no seu dia a dia. Os defensores de direitos humanos são conhecidos, sobretudo, pelo que fazem e a expressão pode, portanto, ser melhor definida ao descrever-se suas ações e alguns dos contextos nos quais trabalham. O trabalho de um defensor de direitos humanos é legal e legitimado pela sociedade civil que ele/a representa.

Todos os dias, ao redor do mundo, centenas de defensores de direitos humanos são expostos à violência física, psicológica e simbólica em função de sua defesa de seus direitos e o direito de outros. Arriscando sua própria integridade física e mental, eles lutam para acabar com a impunidade de violações de direitos humanos e para promover justiça social na sociedade em que são inseridos.

A definição de defensores de direitos humanos adotada pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos está baseada na resolução da ONU que compreende defensoras como “pessoas físicas que atuam isoladamente, pessoa jurídica, grupo, organização ou movimento social que atue ou tenha como finalidade a promoção ou defesa dos direitos humanos”. O acúmulo de experiência levou à incorporação de dois novos elementos na definição utilizada pelo Comitê: a coletividade como categoria a ser considerada e a resistência política como modalidade de estratégia de ação das defensoras e defensores de direitos humanos.

Assim, são consideradas defensoras e defensores de direitos humanos* todos os indivíduos, grupos, organizações, povos, movimentos sociais e outras coletividades que atuam na luta pela eliminação efetiva de todas as violações de direitos e liberdades fundamentais dos povos e indivíduos, incluindo os que buscam conquistar novos direitos individuais e coletivos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais que ainda não assumiram forma jurídica ou definição conceitual específica. São contempladas ainda aquelas e aqueles que resistem politicamente aos modelos de organização do capital, às estratégias de deslegitimação e criminalização e à ausência de reconhecimento social de suas demandas.

Na Baixada Fluminense, a conceituação de “Defensor(a) de Direitos Humanos” ainda se abriga em um imaginário social negativo e estigmatizado pelo senso comum e a criminalização de sua prática. Diariamente lideranças comunitárias são ameaçadas, jovens são privados de exercer sua liberdade individual e projetos em seu território, adeptos de religiões de matriz africana são atacados por cultuarem sua fé, mulheres são ameaçadas, mortas e espancadas por elevarem a sua voz em espaços dominados por homens e LGBT’s são perseguidos e discriminados por defenderem o direito sobre seus corpos, gênero e sexualidades. Mas o que cabe, também, é apresentar neste guia o perfil daqueles que se destacam na luta pela defesa dos direitos humanos na Baixada Fluminense, definidos a partir do compartilhamento de suas vivências, lutas, trajetórias pelo território baixadense e subjetividades como sujeitos detentores de direitos.

***Fontes**

https://www.protectioninternational.org/wp-content/uploads/2012/04/NPMfHRD_portuguese1.pdf

Relatório “Vidas em Luta”: Criminalização e violência contra defensores de direitos humanos do Brasil. Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. Terra de Direitos, 2017.

Mas o que cabe, também, é apresentar neste guia o perfil daqueles que se destacam na luta pela defesa dos direitos humanos na Baixada Fluminense, definidos a partir do compartilhamento de suas vivências, lutas, trajetórias pelo território baixadense e subjetividades como sujeitos detentores de direitos.

b. Como se vêem e se definem os Defensores e Defensoras de Direitos Humanos da Baixada Fluminense

A região da Baixada Fluminense abriga uma pluralidade de dinâmicas de violações de direitos que atingem diferentes grupos e/ou indivíduos. Os(as) defensores(as) da Baixada geralmente estão presentes e atuantes no espaços de ‘base’, atuando por meio de grupos organizados ou instituições locais que disputam, principalmente, a narrativa pela garantia de direitos sociais (educação, saúde, segurança, moradia e entre outros) e civis (direito à vida, direito de ir e vir, de liberdade de expressão, igualdade perante a lei) e constroem, a partir de mecanismos individuais, seus protocolos de proteção e redes que acionam quando há violações e ameaças. É importante se destacar, a partir do cenário de garantia de direitos da Baixada, analisada e vivenciada por defensores e defensoras da região, que um fator relevante na realidade local é o “não reconhecimento”, muitas vezes, daqueles indivíduos e grupos expostos na base. De que os mesmos são defensores e, por isso, precisam construir seus protocolos de proteção, suas análises de conjuntura, mapeamentos de ameaças e fortalecimento de rede de articulações para garantir a sua própria segurança.

Se entender como um “Defensor(a) de Direitos Humanos” também norteia a construção deste guia, para além da criação de mecanismos para proteção de indivíduos ou grupos é notório observar os múltiplos perfis já desenhados daqueles que diariamente atuam pela garantia de direitos na Baixada Fluminense.

Mulheres na linha de frente!



O protagonismo das mulheres na frente de lutas individuais e coletivas por garantia de direitos na Baixada coloca este grupo em quadro de risco cotidiano. São as mulheres que geralmente se destacam no enfrentamento a violências de gênero, no campo da segurança pública, e também na disputa e denúncia dentro de órgãos institucionais do estado. A estrutura patriarcal e machista da sociedade faz com que mulheres, todos os dias, tenham seus direitos violados e sejam desqualificadas, assediadas, constrangidas, silenciadas. No caso de defensoras de direitos humanos, o medo da violência sexual, da ameaça por parte de agentes estatais, os discursos que deslegitimam militantes no seu papel de mãe ou companheira, a exposição a que são sujeitadas em determinadas situações, as ofensas específicas sofridas simplesmente por serem mulheres – são todos fatores extremamente desestabilizadores e bastante presentes para essas DDDHs, e podem se produzir mesmo dentro ou fora de seus grupos de militância. Os atuais retrocessos e iminentes recuos no campo da garantia de direitos das mulheres constituem um desafio urgente a ser enfrentado.



De 2006 a 2017 houve 5.342 denúncias de Violência contra mulheres na Baixada Fluminense*

***Denúncias contabilizadas somente nos municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caxias.**
<http://dapp.fgv.br/wp-content/uploads/2018/03/Viole%CC%82ncia-contra-Mulher.pdf>



**de Direitos
da Baixada**

**Juventudes e
movimentos culturais**

**Lideranças
sindicais**

**Lideranças
comunitárias
que não
conhecem os
DH**

Cotidianamente lideranças comunitárias e religiosas de matrizes africanas são atingidas por atos de violência, discriminação, deslegitimação e ameaças por exercerem atividades e/ou suas liberdades individuais em diferentes bairros e municípios da Baixada. O principal destaque deste processo é a conjuntura que faz com que o território da Baixada seja loteado entre forças produtoras de diferentes violências, como grupos de extermínio, milícias, facções de drogas, polícias militarizadas e agentes privados e públicos da segurança que ameaçam as atividades de garantia de direitos da população local baixadense. Além destes, a mesma sociedade machista que perpetua a violência contra mulheres na Baixada, discrimina, estigmatiza, deslegitima e pratica homofobia que impacta dezenas de moradores LGBT's da região.

Cabe ressaltar que o momento no Brasil é dos mais críticos. Quando assistimos a um avanço de práticas conservadoras e retrocessos no campo dos direitos, a Baixada, espelho do Brasil, se assemelha na complexidade das relações de violência cotidianas e também no avanço da desqualificação violenta de negros, mulheres, do povo de terreiro, LGBT's, religiosos, profissionais do campo social. Estes grupos estão tendo seu reconhecimento negado enquanto sujeitos de direito, intensificando sua situação de vulnerabilidade, ameaça e riscos físicos, psicológicos e sociais para continuarem a exercer seu trabalho na defesa de direitos humanos na Baixada Fluminense

Desta forma, este guia se faz tão necessário para auxiliar a construção de estratégias individuais e coletivas de proteção para defensores e defensoras da Baixada.

No ano de 2007, foram registrados 112 denúncias de racismo religioso no Rio de Janeiro, incluindo ataques a terreiros. Na Baixada Fluminense Nova Iguaçu concentra 12,5% das denúncias. Duque de Caxias concentra 5,3% das denúncias.

***Fonte: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/05/5538672-casos-de-intolerancia-religiosa-sobem-56-no-estado-do-rio.html>**

Em 2017, o número de homicídios dolosos na Baixada Fluminense foi de 1.707 casos (uma média de nove por dia). Já os assassinatos de LGBT's no Estado do Rio chegaram a 29 no mesmo período.

Fontes:

ISP - Instituto de segurança Pública do estado do Rio de Janeiro GGB - Grupo Gay da Bahia

<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/assassinatos-2012/>

4. O que precisamos entender e fazer para construir um Protocolo de Proteção?

Em qual contexto estamos inseridos?

Trata-se do cotidiano onde o Movimento, organização e o Defensor ou Defensora de Direito Humano atua e se relaciona.

Em qual conjuntura estamos inseridos?

Trata-se de um panorama mais macro e amplo que gera consequências ao contexto e na vida de quem defende os Direitos Humanos. São dinâmicas globais que envolvem dimensões econômicas, sociais e políticas.

Quem são nossas forças opositoras e de ameaças em 1º lugar? Listar é um bom começo. Estado (Polícias), milícias, grupos de extermínio, latifundiários e agronegócio, empreiteiras e conglomerados econômicos, pessoas machistas, racistas, homofóbicos, transfóbicos e lesbofóbicos. Identificar formas de ameaças, que podem ser diretas ou indiretas, verbais ou físicas.

Quem são nossas Forças Aliadas? São as pessoas e organizações que podemos contar preventivamente ou quando somos ameaçados. Ex: Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores DHs, organizações e movimentos locais, estadual, nacional e internacional de Direitos Humanos

O que temos de Fortalezas e Fraquezas? Listarmos

Sabendo disso, estamos fazendo o que chamamos de AVALIAÇÃO DE RISCO. Que é a leitura que aglutina esses elementos e toda as suas relações e conexões.



Feita a Avaliação de Risco, podemos pensar na materialização do nosso **PROTOCOLO DE PROTEÇÃO**.

O que a avaliação de risco gera na construção do nosso protocolo? Basicamente 3 pontos:

- 1) a diminuição do grau de ameaça ou situação da vulnerabilidade;
- 2) a redução dos pontos fracos
- 3) a ampliação dos pontos fortes

Exemplo de Protocolo de Proteção

AMEAÇAS	PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES	MEDIDAS DE PROTEÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Policiais militares ameaçando defensoras de direitos humanos participantes de movimento de mulheres com telefonemas e invasões nas redes sociais	Morar em uma favela longe do centro, com acessos restritos para transportes públicos como o metrô, mais utilizado pela DDH;	Boa articulação com organizações DHs nacional e internacional;	Não postar mais informações nas redes sociais sobre suas atividades e bloquear perfis suspeitos;	curto	Defensora
	Muitas postagens da DDH em redes sociais falando onde mora e dando informações sobre suas atividades de militância;	Boa rede de parceiros para chamada e saídas de emergências	Trocar de Chip;	curto	Defensora e Movimento de Mulheres
			Fazer outros percursos até chegar em casa	curto	Defensora
			Monitoramento do caso para avaliar, posteriormente, inclusão ou não em programa de proteção a DDH.	medio longo prazo	Movimento de Mulheres

Um aspecto muito importante que por vezes não falamos é que com as consequências das violações e ameaças que recebemos, precisamos nos cuidar e nos proteger a partir de uma compreensão multidimensional para além de protocolos e leituras de conjunturas, onde o cuidado e o auto cuidado são elementos fundamentais para resistirmos e estarmos mais protegidos. Nossa saúde mental e física depende muito desses elementos. Aqui vale, mais uma vez, destacar o protagonismo das mulheres, em especial das mulheres negras, que se cuidam e cuidam dos seus e suas, de forma coletiva. Circular e complementar, sendo o apoio mútuo esse caminho. Compartilhamos aqui o endereço eletrônico da Cfemea uma organização feminista que vem desenvolvendo metodologias de cuidado e auto cuidado:

5. Redes Sociais e Plataformas Digitais: como construir um uso seguro?

Vocês já devem ter ouvido falar que o ambiente digital é um verdadeiro banco de dados e informações, o que coloca nossa atuação na internet como defensoras e defensores passível de sofrer vigilância e diversas manifestações de violência. Nós, Defensoras e defensores de DHS, estamos na Baixada Fluminense cotidianamente sujeitos a diversos tipos de violências e na internet não é diferente.

Mesmo com todo e intenso uso desse espaço, ainda falamos muito pouco das violências e ameaças que sofremos nele e que se amplia a cada dia.

Mas aqui estamos com nosso guia tentando oportunizar e fomentar uma discussão e ação para deixar o ambiente digital, menos machista, homofóbico, lesbofóbico, transfóbico e racista.

Quem já não sofreu com agressões ou ameaças nas redes sociais? Mas ainda não temos o hábito de sistematizá-las e temos uma tendência de banalização desses tipos de ameaças.

Neste sentido, denunciar essas violências e construir estratégias de proteção para atuarmos no ambiente digital, é, antes de tudo, entender esse processo como estratégia de luta. A ideia com nosso Guia é provocar o debate sobre o uso do espaço virtual, oportunizando algumas dicas e ferramentas para acessarem a internet de forma mais segura.



Algumas dicas:

Você sabe o que é criptografia? Criptografia é um conjunto de regras que visa codificar a informação, ou seja, embaralhar a informação. Com o uso da criptografia, é possível proteger os dados armazenados no computador e proteger as trocas de mensagens pela internet.

Você já ouviu falar que o Facebook, o Twitter e o Google guardam suas informações prioritariamente para fins lucrativos? Isso se confirma quando estamos pensando em algo e chega aquela promoção de um determinado produto. Mas esses aplicativos também podem usar suas informações para investigação. Para navegar de forma mais segura, utilize o TOR sempre que acessar redes sociais.

Não utilize seu perfil pessoal para postar questões da militância, articular ações, criar eventos ou administrar páginas da militância no facebook.

Se você precisa enviar uma mensagem do celular, utilize aplicativos criptografados como Signal e WhatsApp.

Vá para atos, manifestações ou outras atividades em espaços públicos utilizando chips diferentes. Caso esqueça de fazer isso sempre faça backup do telefone e apague mensagens e imagens da militância. Os celulares também podem ser criptografados.

Para criptografar o celular no Android, entrar em “configurações”, acessar “segurança” e depois “criptografar o aparelho”. Já no iPhone, acessar “configurações”, “geral” e “senhas”.

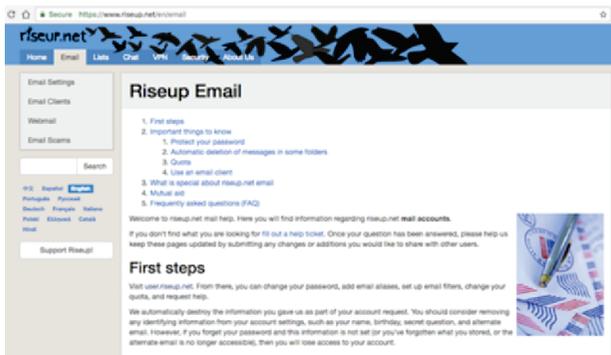
Agora quando você Defensora ou Defensor de Direitos Humanos quiser compartilhar seu percurso de um lugar para o outro por questão de proteção poderá fazer via WhatsApp. Para usar o compartilhamento de localização do WhatsApp, basta abrir uma conversa com um contato ou um grupo com quem você quer partilhar a informação. Na opção "localização", dentro do botão anexar, há uma nova opção chamada "compartilhar localização atual". Escolha por quanto tempo deseja compartilhar e toque em enviar. Com esse recurso cada membro conseguirá ver em tempo real sua localização no mapa.

Para uma navegação segura e anônima em laptops, computadores, melhor usar o navegador TOR. “O Projeto Tor desenvolve e distribui ferramentas livres e abertas que permitem não sermos vigiados por governos ou empresas.

O Tor oculta a identidade do usuário e protege a sua navegação.
Acessar: <https://www.torproject.org/>

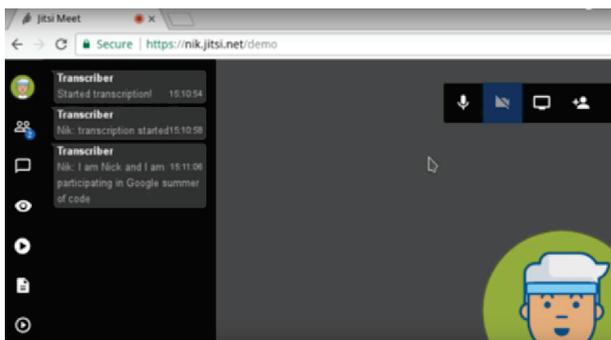
Para email seguro, use RISEUP.

O Riseup disponibiliza ferramentas de comunicação online, como e-mail, rede social, serviço de listas e hospedagem para militantes dos direitos humanos, movimentos sociais e coletivos. A troca de mensagens do email é criptografada.



Acessar:

<https://help.riseup.net/>
Plataformas para Reunião Coletiva. Em vez de utilizar o Skype, utilize o JITSI. O Jitsi é um programa de mensagens instantâneas de chat com vídeo e voz criptografado que você entra na hora pelo link.



Acessar: <https://jitsi.org/>
Mesmo depois de apagaros algum arquivo do computador, esses podem permanecer gravados mesmo depois de deletado. Sugerimos instalar no computador para termos a certeza do DELETE, os programas Eraser e o Ccleaner. **Acessar:**

<http://eraser.heidi.ie/> e <https://www.piriform.com/ccleaner>

Outras Fontes de Informação:

**<https://www.temboinalinha.org/> <https://protestos.org/>
<https://portugues.witness.org/brazil/>**

6. No âmbito institucional o que tínhamos e não temos.

No âmbito institucional, fruto de nossa incidência, conseguimos ter o Programa Nacional de Proteção às Defensoras e Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), que foi instituído em 26 de outubro de 2004 com objetivo de garantir ao defensor e a defensora o pleno direito de atuação em

defesa das suas lutas e direitos. Na conjuntura atual, esse programa na avaliação de organizações de direitos humanos e movimentos sociais não existe mais, para além do seu nome.

Ou seja, não existe recursos e houve um desmonte tanto da equipe técnica e vontade política para sua continuidade efetiva. Outro marco da nossa incin-dência, foi na elaboração e consolidação do Programa Nacional de Direitos Humanos número 3 (PNDH-3), lançado no final de 2009 (decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009), onde a temática dos defensores/as dos direitos humanos foi incorporada, assim como propostas e recomendações como:

- Que as Defensorias Públicas dos Estados consolidem apoio jurídico aos defensores(as) dos Direitos Humanos nos processos judiciais, por meio de acordos de cooperação com o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.
- Que os Estados e o Distrito Federal desenvolvam campanhas que valorizem os defensores dos direitos humanos e sua luta social.

Mas tanto o PPDDH instituído em 2004, quanto o PPDDH - 3 de 2009 não viraram políticas públicas e seguem em deterioramento e em fase terminal.

Ainda sobrevivem no Brasil 02(dois) programas com objetivo de preservação da vida e proteção a pessoas ameaçadas, o Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA e o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte – PPCAAM, que ainda resistem, mas também passam por cortes orçamentários e pouco envolvimento dos estados.

7. Próximos passos - Multiplicando a luta por direitos humanos na Baixada!

O crescente número de violações e violência contra as/ os DDHs é resultado de um amplo processo de criminalização das lutas e protestos, e vem amparada numa forte repressão das forças de segurança a lideranças que constroem a defesa dos direitos humanos no Brasil.

Diante disso, urge a necessidade de ferramentas como este guia, para serem multiplicadas e ganharem visibilidade para que cada defensor e defensora de direitos humanos da Baixada possa ter a possibilidade de construir seu próprio protocolo de proteção para resguardar assim sua atuação no território baixadense.

A metodologia de construção deste guia foi elaborada com o intuito da multiplicação, resultando no crescimento da rede de defensores da Baixada, maior agilidade na atuação em casos de ataques e fortalecimento político de atores da sociedade civil nos espaços de incidência local, estadual e nacional, além de proporcionar a maior valorização do trabalho de DDDHs baixadenses.

8. Contatos em caso de ameaças

Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA

Sub coordenadoria do Centro de apoio operacional das Promotorias de Justiça Criminais – CAO – Criminal-MPRJ
Telefone: (21) 2550 – 9020

Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte – PPCAAM

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes – CEDECA/

ppcaamrj@cedecarj.org.br

Telefones: (21) 30914666 (21) 96474-6907

Fórum Grita Baixada

www.forumgritabaixada.org.br

fgbaixada@gmail.com

Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos

www.comiteddh.org.br

comiteddh@gmail.com

Justiça Global

www.global.org.br

contato@gloabal.org.br

Artigo 19

www.artigo19.org

Homenagem



Salve as lutas dos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos da Baixada Fluminense.

Beatriz Moreira Costa, conhecida como **Mãe Beata de Iemanjá**, foi uma mãe de santo, escritora e artesã brasileira, que desenvolveu trabalhos relacionados à defesa e preservação do meio ambiente, aos direitos humanos, à educação, saúde, combate ao sexismo e ao racismo.

Residindo no bairro de Miguel Couto - Nova Iguaçu, em 20 de abril de 1985 fundou o terreiro Ilê Omiujuarô, no mesmo bairro. Foi ainda presidente da Ong Criola, organização de mulheres negras que atua contra o racismo, o sexismo e a violência contra a mulher.

Mãe Beata e tantas outras mulheres Negras da Baixada dão continuidade aos passos de suas ancestrais, fazendo o enfrentamento às violações de direitos, ao racismo, ao patriarcado, ao colonialismo e ao capitalismo.

As organizações construidoras do Guia de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos da Baixada queriam afirmar todo o legado deixado por Mãe Beata de Iemanjá e tantas outras defensoras de direitos humanos Baixadenses que, cotidianamente, travam suas lutas pela garantia dos direitos humanos. Assim terminamos com uma homenagem póstuma a grande Mãe Beata de Iemanjá.

